



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

PRESIDENTE: SANDRA SANTANA

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 05/08/2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Bom dia a todas e todos.

Antes de começar a audiência, demorou um pouquinho, porque o pessoal estava dando entrevista para a TV Câmara. Agora já acabou, vou chamar o Padre Carlos para fazer uma saudação, ele que cedeu o salão da paróquia para a gente fazer a audiência pública.

O SR. CARLOS – Bom dia.

Gostaria de transmitir a minha saudação e acolhida, ao mesmo tempo, a todos os presentes. Em primeiro lugar, ao Toninho que está conosco, que solicitou gentilmente o espaço e nós também achamos por bem ceder o espaço para a comunidade para que tivesse a audiência; saúdo, então, o Toninho. Saúdo a Subprefeita; saúdo também as demais autoridades que representam tanto o Legislativo quanto o Executivo; o Sr. Secretário Marcos. Gostaria de saudar também todos que se fazem presentes neste recinto.

Faço votos de que a audiência de hoje seja profícua, de modo que todos nós, moradores deste bairro, saíamos com propósitos, que tudo que for conversado, discutido, explanado seja em prol, em benefício da população que reside neste bairro de Vila Industrial, saudando também todos que compõem, na pessoa da Marina, do Movimento Contra as Enchentes. Desejo a todos um proveitoso encontro e que Deus abençoe cada um.

Deus abençoe. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado.

Declaro abertos os trabalhos da 9ª audiência pública de 2023 que a Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa realiza hoje, 5 de agosto. Esta audiência pública foi convocada para tratar sobre limpeza e conservação do córrego do Oratório e discutir com a população os impactos da cheia da várzea do córrego, conforme Requerimento CCJ, de autoria do Vereador Professor Toninho Vespoli, aprovado em comissão no dia 7.6.2023.

A realização desta audiência pública vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo* desde de 1º de agosto. O público presente que desejar se manifestar deve se inscrever com a secretaria da Comissão. Cada inscrito terá três minutos para se manifestar.

Foram convidados para esta audiência pública: Sra. Mara Regina Ramos,

Superintendente do DAEE, que vai ser representada pelo Silvio Giudice – pode compor a Mesa, por favor; Sr. Marcos Monteiro, Secretário Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras; Sra. Elisete Aparecida Mesquita, Subprefeita da Vila Prudente; Sra. Marina de Lourdes Onofre, representando o Movimento Popular Contra Enchentes no Oratório; e Sr. Pedro Algodoal, assessor de Siurb.

Foram convidados também, mas até agora não chegaram; se chegarem, vão compor a Mesa com a gente: Sra. Natália Resende, Secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística; Sr. Milton Vieira, Secretário Municipal de Habitação; Promotora Camila Mansour Magalhães da Silveira, Promotora de Justiça de Habitação e Urbanismo; e Sr. Marlon Sales da Silva, Subprefeito de Sapopemba.

Vou abrir rapidamente para as pessoas da Mesa fazerem uma saudação inicial; depois, nós vamos escutar os moradores. Na apresentação inicial, eu sei que algumas pessoas, alguns órgãos já vão apresentar algum tipo de material televisivo para a gente poder ver, depois vai ser aberto para as pessoas e, claro, elas vão fazer perguntas, depois as autoridades respondem novamente, está bem? Então começa com quem?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – O assessor de Siurb também comporá a Mesa: Pedro Algodoal.

A SRA. MARINA DE LOURDES ONOFRE – A primeira fala é mais difícil, não é?

Bom dia a todas e todos. Agradeço bastante, imensamente, a presença de todos, principalmente os moradores – não é, Lolô? –, que trabalham de segunda à sexta e às vezes no sábado também, há muita gente trabalhando. Eu só queria fazer um breve relato de quando começou esse movimento contra enchentes.

Obrigada, Armando. Armando está desde o começo.

Na década de 1990, nós tínhamos uma pastoral que se chamava Fé e Compromisso Social nesta paróquia, de onde eu sou paroquiana e faço parte. Naquela época, deu uma enchente tremenda. Tem gente que acho que nem era nascida ou era bem pequenininha, em

1998. Em 1999, nós começamos o Movimento Contra Enchentes, chamando DAEE, chamando Prefeitura – na época não era sub, eram regionais – e chamando não sei se era Siurb, mas chamando a Secretaria e todos os órgãos competentes de época. Olha, gente, isso tem mais de 25 anos. Esse sofrimento do povo tem muito mais, 30, 40, mas o Movimento, 25 anos ou mais. Estou puxando na memória, porque não tinha *selfie*, não tinha celular, mas eu me lembro muito bem da luta.

Foram feitos dois pisciões – não é isso, Armando? O OA1 e o OA4, lá no Sonia Maria e no Oratório. De lá para cá, depois da construção desse projeto de pisciões, diminuíram um pouco as enchentes, de fato; amenizou, mas não parou. Aí em 2015 começou tudo de novo, umas enchentes gigantes. Por causa da mudança climática, tal, tal, tal, está vindo muito mais chuva, moradia onde não tem que ter moradia etc. e tal. E agora, desse ano, morreram duas pessoas, uma na Fazendinha e um menino lá de baixo, que morava ali no Mangue, ele estava na Vila Rosa e as águas o levaram.

Então, é triste saber que esse Movimento está há quase 30 anos pedindo o desassoreamento. Essa palavra eu aprendi com o DAEE, desassoreamento é aprofundar o rio, é fundar, é cavar buraco, no popular. E a gente sabe que ainda... foram feitos alguns gabiões, algumas coisas, mas tem muita coisa para fazer. Por isso, o Movimento, o pessoal da Vila Rosa, Joana, Lolô, algumas pessoas que estão aqui, falamos: “Vamos chamar uma audiência pública, nós temos que cobrar as autoridades de novo”.

Não é possível não se fazer nada na cidade de São Paulo, um Estado tão rico na Federação, acho que é o mais rico na Federação, e a gente continuar nessa mendicância de cesta básica e colchão, quando dá enchente. Isso basta, a gente tem que dar um basta. A gente precisa trabalhar, viver com dignidade, voltar para casa e, quando voltar, a chuva não ter levado os móveis.

Muito obrigada a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Vou ficar em pé, porque o pessoal lá do fundo pode não ver.

Só complementando a fala da Marina: quando a gente se elegeu, fomos dois anos seguidos no DAEE pedir pelo menos a limpeza do córrego, e nós fomos inclusive com uma comissão de moradores daqui. As duas vezes o DAEE falou que não tinha orçamento para limpeza. Aí o que que nós fizemos? Nós entramos no Ministério Público, porque a gente falou assim: “Bom, a gente não está sendo intransigente, porque nós estamos indo no DAEE a primeira vez, eles falam que não tem orçamento, fomos no ano seguinte, não teve orçamento. Nós vamos no terceiro ano para falar que não tem orçamento? Então vamos ao Ministério Público”, e fomos ao Ministério Público.

No Ministério Público, claro, as coisas não são rápidas, são lentas. Abriram um inquérito civil. No diálogo do DAEE com o MP, o DAEE acabou – aí, podem me corrigir, porque estive acamado nesta semana. Fomos novamente falar com a Mara, Superintendente da DAEE, que nos disse que o processo do projeto para canalização da obra já estaria feito. Foi uma vitória via o Ministério Público conseguir o projeto.

É bom até que se mencione o preço, porque ela falou e eu fiquei boquiaberto de tão caros que são esses projetos.

E aí na conversa com o DAEE, a Mara nos falou que fizeram a parte deles, que o projeto estava feito. Agora, para fazer a obra, precisaria tirar algumas famílias que estão na beira do córrego. Nós falamos para ela que, por exemplo, quando fui ao córrego Tijuco Preto, que acompanhei no Itaim Paulista, trata-se de um córrego municipal, mas quem fez parte da obra foi o estado. O DAEE fez uma canalização com as pessoas morando, praticamente, a um metro do córrego. Então tem tecnologia. A tecnologia avançou bastante hoje do que era há dez anos, que precisava de uma extensão muito grande para as máquinas entrarem. Não precisaria, de repente, tirar tudo isso.

Ela me disse – palavras da Mara: “Mas nós vamos fazer o mesmo erro que nós fizemos no Tijuco Preto?”. Quer dizer: deixar as pessoas morando ao lado do córrego. Eu disse que é claro que ninguém quer ver pessoas morando ao lado do córrego. As pessoas querem morar bem, mas à medida em que não podem pagar aluguel, elas moram onde podem. Ela disse

para nós que é um erro. Eu disse que sim, é um erro, mas que seria erro maior deixar essas as pessoas viverem na enchente. Os moradores que estão aqui sabem que, na última enchente, uma pessoa morreu, porque foi levada pelas águas do rio. Esse erro é o maior.

Ficou um pouco nessa discussão, ela dizendo que a responsabilidade de retirar as famílias é da Prefeitura. Isso foi passado para nós. Aí dissemos que se a obra vai demorar, porque daí vai resolver o problema das famílias, dá para limpar? Ela disse que precisaria de um estudo de solo, tanto da Subprefeitura de Sapopemba como da Subprefeitura da Vila Prudente, porque o local abrange as duas Subprefeituras. Nós dissemos que estava bem, que iríamos levar o assunto nas Subprefeituras para a possibilidade de limpeza.

Mas ainda eu disse que se as duas Subprefeituras fornecessem esse documento haveria dinheiro para limpar, ou só as Subprefeituras dariam o documento e eles não fariam a limpeza? Nesse ponto houve uma divergência, o engenheiro que estava com ela disse que teria dinheiro para colocar já na limpeza do córrego, mas a Mara deu a entender que não. A gente ficou meio sem entender direito se as duas Subprefeituras entregarem o documento haverá a possibilidade de limpeza.

Por isso, nós chamamos vários órgãos. Alguns, infelizmente, não vieram, mas nós queremos esclarecer na audiência pública. Já falei com a Subprefeita e ela disse que está para sair o documento. Se sair o documento, vai ter limpeza? Não vai ter? Como ficarão as moradias? Eu acho que não é para colocar só na responsabilidade de um órgão, acho que todos têm de estar envolvidos, a responsabilidade passa a ser de todos. Como que nós vamos fazer para dar casa digna para aquelas pessoas morarem, porque também não queremos tirar as pessoas e elas irem para qualquer lugar. As pessoas têm de ter direito à moradia.

Nós estamos para discutir sobre isso, sobre esses órgãos, mas a Secretaria de Habitação, que nós chamamos, não veio. Depois teremos de marcar uma reunião em conjunto novamente com os órgãos que não vieram, para tentar dialogar com todos, de forma que os que não vieram nos ajudem a encontrar uma solução.

Vamos agora ouvir a Mesa. Em primeiro lugar, virá o DAEE.

O SR. SILVIO LUIZ GIUDICE – Bom dia a todos.

Primeiro, quero agradecer o convite para participar desta audiência e tentar esclarecer à população e aos moradores que têm sofrido há tantos anos com as enchentes, o que está previsto no âmbito do DAEE.

Como bem falou a Marina, não vou repetir o histórico desde da década de 80 que o DAEE atua nesta bacia, com mais frequência. Antes, a gente chamava de Programa de Combate a Inundações da Bacia do Tamanduateí, onde está inserida a sub-bacia do Oratório, depois acabou sendo incorporada, quando o DAEE lançou o programa de macrodrenagem da Bacia do Alto Tietê, então há uma série de programas de intervenção de obras, tanto na Bacia do Tamanduateí como um todo, como a do Oratório, segundo o que a Marina falou, já foram feitos dois reservatórios.

Com relação ao que o Vereador colocou, realmente, foi com muita dificuldade que nós conseguimos esse projeto com o Executivo, já estava há mais de seis anos tentando finalizar. É um projeto caro, salvo engano, foi um milhão, mas já está pronto.

Temos agora o problema de remoção de moradias, só que não são poucas. É um número bastante significativo que necessita da participação tanto da Secretaria Estadual de Habitação, como da municipal. Fizemos algumas conversas com CDHU, para mostrar a necessidade de remoção das famílias, para a gente poder implantar a obra que tem sete quilômetros de extensão. A obra pega as duas Subprefeituras, tanto Vila Prudente como Sapopemba, até Divisa de Mauá.

O projeto está pronto, nós temos ainda uma pendência, uma condicionante, com relação à Transpetro, que oferece uma interferência, mas acredito que não haverá maiores problemas em resolver.

Com relação à comparação que o Vereador fez, no córrego Tijuco Preto, que é um córrego bem menor. Esse córrego foi feito paralelo ao pôlder na região do Itaim. Houve uma grande desapropriação, cerca de 300 famílias tiveram de ser removidas. Elas estavam praticamente dentro de uma lagoa que existe lá. Mas do córrego, realmente, não houve remoção,

que seria um complemento do pôlder, uma tecnologia que a gente chama de “bolsacreto”, acaba não tendo de alargar tanto o rio, mas lá não necessitava tanto de espaço para o rio, aqui já, infelizmente, para melhorar a condição de escoamento, a vazão de projeto, há necessidade desse alargamento, porque não temos como aprofundar.

Então, infelizmente, há necessidade, a gente pode até pensar na questão do amortecimento com uma declividade menor, mas não sacrifica tanto a área hidráulica, mas esse projeto já analisou todas as alternativas.

Com relação ao desassoreamento, talvez tenha tido uma confusão porque nós temos conversado com as duas Subprefeituras, Sapopemba e com a Elisete, na Vila Prudente, periodicamente, e houve o compromisso de fazer essa limpeza. Pelo que eu sei até na semana passada os recursos estavam lá, tanto que o compromisso com as duas Subprefeituras foi de fazer a coleta, análise e caracterização do material. Nós temos de dar garantias, porque eles estão gastando dinheiro para esse serviço, não pode ser depois não utilizado.

Então as duas Subprefeituras já licitaram, convidaram as empresas para fazer a coleta e análise. Devem ter o resultado, talvez, ainda neste mês. A partir disso a gente consegue fazer um orçamento mais preciso, fizemos só uma avaliação.

Existe já o orçamento, Vereador, cerca de 13 milhões para remover em torno de 65 mil metros cúbicos. Basicamente vamos tirar tudo o que está aflorado, tem muita areia e entulho nas margens, principalmente as travessias. Então acredito que nós temos condições, assim que saírem as análises das duas Subprefeituras, já colocar o edital na praça.

Talvez, Vereador, o que tenha ocorrido seja o seguinte: houve um problema de fluxo de caixa no Estado e saiu um pouco do dinheiro do orçamento do DAEE, mas, pelo que eu sei, vai voltar. É uma coisa de fluxo de caixa. Então, até semana passada, o dinheiro estava lá, consignado, justamente reservado, porque nós estamos tendo essa demanda desde o início deste Governo – principalmente, a Subprefeitura de Vila Prudente, em reuniões periódicas – e resultou nesse serviço.

Ele não vai resolver, evidentemente, mas ele vai dar uma atenuada para chuvas de

retorno menor, para não causar tanta aflição, porque, mesmo com a obra que foi feita, ali, na Vila Prudente, na margem direita, de gabião, a água ainda está passando por cima desse muro de gabião. Então, na hora em que a água chega àquela altura, realmente causa uma aflição nos moradores e, com esse desassoreamento, isso vai diminuir um pouco, mas não vai resolver.

O DAEE está à disposição. Nós vamos apresentar, com detalhes, essas duas intervenções, para a população poder saber o que se pretende. Então, nós trouxemos, também – e, na hora em que for conveniente, vamos apresentar com mais detalhes –, tanto o projeto como essa proposta de desassoreamento nesse trecho de sete quilômetros, que vai da foz do Oratório, no Tamanduateí, até a divisa com Mauá, ali, na Rua Aurora.

Obrigado. (Palmas)

O SR. MARCOS MONTEIRO – Bom dia a todos.

Agradeço ao Vereador Professor Toninho Vespoli por esta audiência. Vereador, acho que é obrigação do Poder Público Estadual e Municipal estar aqui, participando com vocês, ouvindo vocês. O Prefeito Ricardo Nunes nos pede todos os dias: “Ouçam a população. Estejam junto à população, principalmente à população que está nessas áreas mais carentes da cidade”. Ontem, nós estivemos em São Mateus. Isso é duro. A imprensa acaba não divulgando, mas o Prefeito passou o dia inteiro em São Mateus. Esteve apresentando tudo o que foi feito, mas também ouvindo. Saímos, lá, do CEU Alto Alegre – acho que eram quase dez da noite –, ouvindo as pessoas, entendendo as maiores dores da população.

Hoje, temos duas audiências públicas. A primeira foi convocada pelo Vereador Professor Toninho Vespoli. À tarde, foi pela Vereadora Jussara Basso, lá, no CEU Curuçá, justamente para isso, para podermos conversar sobre os principais anseios e problemas da região. Por isso, obrigado, Vereador Professor Toninho Vespoli.

O Padre Carlos, que está nos recebendo, teve de sair. A Elisete é a nossa Subprefeita. A Marina nos contou um pouquinho do histórico da região. Não é, Marina? O que mais ouvimos na cidade é isso. São problemas de 30 ou 40 anos e eu acho que esta gestão tem procurado resgatar um pouco desses problemas e tratar desses problemas. O córrego do

Oratório é um exemplo disso. Eu acho que estamos muito próximos de ter um início, pelo menos, da solução desses problemas. O André Ferreira é o assessor da Vereadora Juliana Cardoso e o Pedro Algodoal é o nosso assessor, lá, da Siurb. Vocês, moradores, em um sábado, de manhã, estão aqui, participando e defendendo os seus interesses. Eu acho que são problemas aos quais realmente temos de dar atuação.

Quanto às conversas de que o Vereador Professor Toninho Vespoli e o Silvio falaram, eu acho que temos de dividi-las em dois assuntos. Um deles é a zeladoria do córrego. Outro são as obras. Então, se vocês me permitirem, eu vou pedir para a Elisete falar um pouquinho da questão da zeladoria, com o DAEE. A minha preocupação é que nós estamos em agosto. Eu acho que já se falou que durante este mês terminam as análises. Depois, o DAEE vai fazer a licitação. Pelo menos, para vocês terem uma perspectiva, está muito claro que existe dinheiro e que vai ser feito, mas temos o problema do tempo. Nós estamos em agosto. As chuvas, já em novembro, começam a se intensificar, mas, pelo menos, para darmos uma perspectiva para vocês, falaremos se conseguiremos começar a atuar com o contrato do DAEE antes disso ou se, eventualmente, vamos ter de tomar outra ação para nos proteger dessas chuvas.

Então, eu vou passar para a Elisete falar um pouquinho da zeladoria. Daí, se o Silvio puder complementar, falando um pouquinho dos tempos de licitação, nós fecharemos o assunto “zeladoria”. Daí, o Silvio nos apresenta o projeto.

Todo mundo concorda? Pode ser assim? Então, vamos lá.

A SRA. ELISETE APARECIDA MESQUITA – Bom dia a todos e a todas.

Agradeço o convite para participar desta audiência e vou falar sobre a problemática que eu enfrentei, desde quando assumi quando Subprefeita, com o Mangue, que é a nossa região afetada.

Então, eu estive muito preocupada. Fomos até a Siurb. Fomos até a Sehab. O Marcos prontamente nos atendeu com a parte da canalização, que é onde o Silvio falou que a água continua passando por cima de todo o nosso trabalho.

Não se concluiu, porque eu tenho de fazer, ainda, a remoção de umas casas que

estão lá, impedindo que continuemos essa canalização. Já estamos em tratativa com a Sehab. Já estamos em tratativa, também, com o Marcos e a Siurb. Assim que conseguirmos fazer a remoção das famílias, nós vamos continuar com a obra, pois já estão sendo feitos estudos na Siurb, já se deixando tudo pronto. Tirando-se as famílias, a obra inicia.

Quanto à limpeza e ao desassoreamento, eu também estou, desde 2019, indo ao DAEE. O Silvio pode falar bem que batemos à porta do DAEE, porque a responsabilidade da zeladoria no córrego Oratório é do DAEE. Não temos equipamentos nem condições de fazer esse tipo de desassoreamento, para minimizar isso. Não vai se solucionar. Sabemos disso, mas, pelo menos, vamos minimizar isso. Foi o que conversamos, lá, no DAEE, com a Mara e com toda a assessoria: que era para, pelo menos, darmos um fôlego para os moradores, que sofrem muito naquela região.

Então, estamos em tratativas. Já licitamos os sedimentos. Até o fim do mês, acredito que já tenhamos os relatórios para o DAEE fazer a licitação. Estamos bem preocupados com toda essa problemática que vocês vivem naquela região do Mangue. Fomos várias vezes lá, com o DAEE, como ele disse. Inclusive, a Vereadora Edir Sales esteve comigo, também. Fomos lá várias vezes. Vamos fazer isso. Precisamos disso e, como disse o Silvio, foi reservada uma verba para fazer esse desassoreamento. Então, em conjunto, estamos batalhando e vamos conseguir. Não é, Silvio? Vamos conseguir, ainda antes das enchentes, por favor. Continuamos cobrando o DAEE.

Há, também, um afluente. O afluente também será beneficiado nessa nova obra, em que a Siurb vai nos auxiliar. Também vai entrar esse afluente. Também vamos limpá-lo. O que aconteceu com todo aquele sedimento, Silvio? Como houve muita enchente no local, as nossas galerias ficaram, assim, sem condições de funcionalidade, hoje. Também vamos contratar um equipamento para dar uma limpada em toda essa parte, dessas galerias, que estão afetando, inclusive, a parte da Praça do Samba, o que não acontecia. Agora, também está acontecendo, mas é tudo por isso. Então, à parte de zeladoria estamos bem atentos. Estamos cobrando. Estamos fazendo o que nos é possível.

Quanto à remoção das famílias para a canalização do córrego, eu entendo, Marcos, que essa seja uma tratativa com o DAEE, com a Cohab e com a Sehab. Isso tudo é uma tratativa, porque o valor para retirar, para dar condições melhores para essas famílias, não parte da Subprefeitura da Vila Prudente, mas continuamos na cobrança, continuamos afimco pedindo que olhem por essas famílias que, inclusive, é pedido - como disse o Secretário - do Prefeito Ricardo Nunes.

Vou passar agora para o Marcos.

O SR. MARCOS MONTEIRO – Obrigado, Elisete.

Eu vou pedir para o Silvio falar da Zeladoria, da questão da licitação para ver as perspectivas de tempo e a gente fecha esse assunto. Depois vamos para o projeto.

O SR. SILVIO LUIZ GIUDICE – Secretário Marcos, na realidade, o certame licitatório é na modalidade pregão e o rito é rápido.

Nós não temos grandes percalços, só casos excepcionais de recursos etc. Mas a gente colocando o edital na praça, acredito que na pior das hipóteses são 40 dias. Isso já com recurso, contrarrazões etc, etc.

Então se a gente conseguir essa análise no final desse mês, se não tiver nenhuma surpresa, acredito que não, de contaminação etc, eu acho que a gente consegue colocar na praça em 40 dias, assinar contrato e dar ordem de serviço. Vai pegar, infelizmente, o comecinho do período chuvoso, essa é uma preocupação, porque...

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Só uma coisa: a Elisete está e falou da Subprefeitura de Vila Prudente, mas para fazer essa obra precisa das duas análises das Subprefeituras de Sapopemba, também? Ou da Vila Prudente já dá para começar pela Vila Prudente e esperar de Sapopemba? Essa é uma pergunta. A outra, quais as tratativas que vocês estão tendo com o Marlon para saber se já está tão adiantado como a Subprefeitura da Vila Prudente?

O SR. SILVIO LUIZ GIUDICE – Perfeito.

Não, Vereador, na realidade eu acho, pelo que eu tenho acompanhado, realmente a

Vila Prudente está mais adiantado. Houve um pouco de atraso em relação à Sapopemba, mas estou acompanhando, não diretamente com o Subprefeito, mas com o representante da Defesa Civil que se chama Sidney. Ele quem trouxe a preocupação do que estava acontecendo a montante. Foi quando nós começamos a explicar para ele sobre o que a Subprefeitura da Vila Prudente já estava fazendo e estava adiantado, inclusive, aproveitaram algumas informações.

Mas não depende, até porque Vila Prudente está a jusante; seria pior se fosse ao contrário: Sapopemba, pronta; e Vila Prudente, não, porque ia transferir problema para a jusante. Então é perfeitamente possível. Mas nós vamos precisar dessa análise dos sete quilômetros para poder atuar no trecho inteiro. O ideal é fazer uma licitação só, contemplando todo o trecho, fica tudo muito mais fácil. Uma empresa só. Tudo mais rápido. Um canteiro só, um contrato só. Tudo mais simples. Parece que eles, pela minha percepção, o atraso em relação à Sapopemba é alguma coisa em torno de 15 dias, mas já tinham definido a empresa etc. Eu vou até me certificar se realmente eles contrataram. Eu acredito que sim. A ideia é soltar a estação do trecho todo, porque senão a burocracia é bem maior.

E como o Secretário Marcos falou, ali nós temos problemas no período chuvoso, porque temos falta de espaço. Não tem espaço para o equipamento trabalhar. Basicamente a metodologia será no próprio leito, em quase todo o trecho. Então a gente depende de ter nível de água baixo, para poder atuar e principalmente de rampas para saídas, para quando tiver percepção de chuvas chegando, para não perder equipamento.

Vai ser uma metodologia trabalhosa, do ponto de vista de logística, e o que nós precisamos mais das duas Subprefeituras foi realmente a definição do local para secagem, que é o transbordo, que chamamos de bota-espera, para secagem do material para poder levar para o bota-fora definitivo. E felizmente nós conseguimos os locais, inclusive, em Sapopemba quem ajudou muito foi esse representante da Defesa Civil e nós conseguimos os locais, que era o que a gente achava que ia ter mais dificuldade. Então, recebendo esse trabalho, dá para colocar o edital na praça em 40, 45 dias, ter o contrato assinado com ordem de serviço.

Podemos apresentar o projeto? O Armando vai apresentar o projeto da canalização.

O Armando é o Gerente de Planejamento e Projetos, da Diretoria de Engenharia e Obras.

O SR. ARMANDO – Bom dia todos. A maioria parece que já me conhece. Eu atuo há mais de 30 anos. Vamos lá.

Na verdade, a gente conseguiu bastante coisa, sim, no Oratório. Não foram só os dois reservatórios, foram limpezas, fizemos também contenção de margens. Então, realmente, o Oratório foi atendido na possibilidade que nós tivemos.

Só para lembrar. Nós fizemos, em 83, um projeto básico para implantação da canalização do Oratório. Começamos a fazer esse projeto, tínhamos até financiamento federal para esse projeto, eram 80 milhões na época e tivemos, de novo, um grande problema com a desapropriação e solução habitacional.

(NÃO IDENTIFICADA) – Falando um pouquinho, depois dessa primeira situação que Armando disse.

Em 2010, o governo acabou assinando contrato de financiamento junto à Caixa Econômica Federal, para obtenção de recursos para implantação de obras de canalização do córrego do Oratório, da foz até Mauá, que seria, basicamente, esse mesmo projeto nosso, atual, de hoje. Mas por questão das moradias, teve uma divergência...

O SR. ARMANDO – Para a gente ter a licença de instalação para poder fazer a obra, a Cetesb exige que a solução habitacional esteja pronta. Sem a solução habitacional, a gente não tinha licença de instalação; não tendo a licença de instalação, você não pode implantar as obras. Foi isso que aconteceu. Esse foi um impeditivo para que nós não conseguíssemos tocar a obra, porque não tinha solução habitacional, sem solução não tem licença, sem licença não tem obra. É mais ou menos isso. Mesmo assim, esse projeto tinha sido dividido em três trechos. No trecho de montante, nós conseguimos fazer em torno de 540 metros do projeto antigo, porque nós conseguimos uma licença excepcional. Como estava caindo aquele trecho, nós conseguimos, através da Defesa Civil, uma isenção dessa licença e conseguimos fazer esse tangencial em 2013, que dá entorno de 450 metros, mais ou menos. É isso aí.

O que mudou de lá para cá? O projeto anterior, ele seria todo em gabião e o gabião

precisa de uma seção maior para ser implantado. Nós fizemos sete alternativas de projetos para chegar ao que vamos apresentar agora. Foram sete alternativas: concreto misto com gabião, concreto com Colchão Reno, só concreto. Foram várias alternativas para chegar em uma alternativa que fizesse o quê? Que reduzisse ao máximo a desapropriação, evitasse ao máximo retirar as pessoas dos seus locais. Esse foi o intuito que coloquei nesse projeto.

- Orador passa a se referir às imagens exibidas.

O SR. ARMANDO – Não sei se está dando para ver, mas a situação do canal atual, aquele do lado esquerdo, que está em azulzinho. Esses são os resultados das soluções que nós desenvolvemos, foram sete alternativas e essa alternativa foi aquela que se adequou mais ao nosso projeto.

São fases executivas do canal. Alguns trechos serão canal em concreto e vai ter tirante, porque você não tem resistência lateral para manter esse canal parado. Então vamos ter que fazer um atirantamento. Tirante são esses fios, que vocês estão vendo, para segurar o canal.

Isso é só uma visualização de como ficaria essa canalização. Aquele trecho é o da Barbeiro de Sevilha entrando no rio Tamanduateí, mas é apenas uma ilustração de como ficaria o final do canal.

Aí temos a ficha técnica. O contrato foi assinado em 2021, foi um milhão para fazer esse projeto. Agora é que vocês vão se assustar. É esse valor sim, o valor aproximado para implantar toda essa canalização, somente a canalização, é 353 milhões. Por que isso? Porque teve que fazer o seguinte: como colocou concreto, ele é um pouco mais caro, mas colocou concreto para você evitar mais desapropriações. Então o intuito foi evitar a desapropriação.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Armando, só um minutinho, a Deputada Federal Juliana Cardoso está no recinto. (Palmas). Queria que ela viesse para a Mesa.

O SR. ARMANDO – Continuando, o trecho é de sete quilômetros, a população beneficiada é todo o entorno dos sete quilômetros do Oratório, que vai desde, lembrando que o curso d'água faz divisa – o maior trecho é São Paulo com Santo André – e a maior preocupação que nós temos hoje é São Paulo, porque em Santo André nós temos poucas remoções, quase

nada; a grande maioria está em São Paulo. Tem de ficar bem claro isso, que o grande problema hoje, para execução a dessa obra, é São Paulo.

A área de drenagem do curso d'água são 25 quilômetros quadrados, a população beneficiada gira em torno, com a população local mais a população circulante, que é trânsito, transeuntes, tráfego, gira em torno de 500 mil pessoas. O horizonte de projeto era de 25 anos, a vazão que nós temos de cálculo, chamado de TR de 100 anos, é uma recorrência que pode acontecer hoje, mas geralmente daqui 100 anos. E a vazão de projetos são 128 metros por segundo, lá na foz do rio Tamandateí. O volume de escavação, em torno de 450 mil metros cúbicos; aterro em torno de 110 mil metros cúbicos; volume de concreto, 50 mil metros cúbicos. Infelizmente a solução habitacional está girando em torno de 950 moradias. Praticamente, isso é o que o Silvio já falou, mas eu passo para ele fazer o complemento.

O SR. SILVIO LUIZ GIUDICE – Basicamente é o que eu já comentei, cerca de 13 milhões, remoção aproximada de 65 mil metros cúbicos, um dos maiores empecilhos realmente é a questão do local para secagem, mas já está definido com a colaboração das duas Subprefeituras.

Aquela imagem que o Armando passou da implantação do canal é uma sobreposição, justamente para a gente aferir, até na época conversei com a Elisete que a gente ia fazer isso, para poder verificar realmente com exatidão o número de moradias que precisavam ser removidas.

Então aquilo está bem atualizado, foi feita essa contagem de 950, para nossa surpresa, eu achei que seria um número menor e realmente é um número muito grande que eu acho que, além das Secretarias, a Sehab etc. e da Prefeitura de São Paulo, acho que é fundamental a participação da Secretaria de Estado de Habitação e da CDHU, porque é uma solução... acho que essas etapas, são três lotes de obras, os recursos são muito vultosos, cerca de 350 milhões. Acho que nós vamos ter de fazer realmente por fase, o desembolso é muito grande, para poder ser em etapas 3, 4 etapas. Isso vai depender muito da disponibilidade de recursos do Tesouro. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Vamos abrir a palavra para uma saudação da Deputada Juliana Cardoso, depois abre para a população.

Estão presentes os Padres José Alves e o Antônio Naves, inclusive eles fazem parte do Movimento de Enchente. Um abraço aos Padres Naves e José Alves.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Olá, bom dia.

Está todo mundo meio desanimado quando eu cheguei, vocês não trouxeram tanta boa notícia assim não, viu? Óbvio que a audiência pública, Toninho – eu queria te parabenizar por isso. Acho que as audiências públicas, trazer aqui tanto o DAEE, quanto as Secretarias, a Prefeitura, é muito importante, porque a gente já passa por esse processo de enchentes há muito tempo. Vocês sabem que eu sou nascida e criada em Sapopemba. Então, eu tenho 43 anos, desde que eu me entendo por gente que a gente fala sobre essa relação das enchentes na margem.

Nós temos um objetivo muito claro. Óbvio que só colocar um setor da Prefeitura ou do Estado presente, não vai dar conta do tamanho que é o desafio dessa canalização, dessa organização para que não tenhamos mais enchentes. A gente está falando sobre habitação, a gente está falando sobre drenagem, a gente está falando sobre uma obra que o senhor falou, é de 353 milhões de reais. Então, é perceptível que um estado só não vai dar conta.

Eu acho, Toninho, e quero me colocar à disposição agora, como Deputada Federal da nossa região, do nosso território, principalmente nascida e criada em Sapopemba, de a gente pensar em fazer um caminho de um projeto amplo. Se nós estamos falando em 353 milhões, quais são de cada estado, federal, estadual e municipal pode ali ajudar a gente a fazer. Quando a gente fala na relação Federal, vocês sabem muito bem que a gente precisa dar entrada em projetos. Projetos que são feitos para que a gente possa começar a colocar ali: “Olha, Subprefeito, temos essa obra”. O que é que o Governo Federal pode ajudar nessa caminhada. Então, eu entendo que cada, tanto DAEE, quanto município, quanto o estado, talvez cada um tenha um pedaço desse projeto, pelo que eu entendi. Em que pese o fato de que eu não estava aqui, mas, como a gente acompanha um pouco, cada hora nós vamos vendo que cada um tem

um pedaço.

Então, talvez o nosso objetivo maior, Toninho, seja pensar isso no amplo e começar a fazer um trabalho principalmente agora que a gente está falando em LDO. Vamos discutir, dentro da Assembleia Legislativa e dentro do Congresso Nacional, orçamento. Então, o quanto antes a gente tiver um diálogo sobre o que queremos – e a gente sabe que na democracia também não é tão fácil; eu posso até ter o projeto agora, posso apresentar, posso tentar buscar no orçamento, mas tem uma caminhada longa –, pelo menos a gente dá o pontapé inicial.

Quero me colocar mais uma vez à disposição. Temos muita clareza, isso eu sempre falo muito por onde eu vou. Quando a gente fala em remoção, estamos falando da vida das pessoas, estamos falando de tudo aquilo que as pessoas construíram para colocar naquele espaço.

Então, Subprefeito e demais autoridades, Toninho, não dá, na minha opinião, para fazer descasado. A primeira notícia é qual? Primeiro, pegar as pessoas que estão na enchente e entender em qual local elas vão ficar, porque não podem ficar em área de risco – não é isso, Subprefeito? Então, essa é a primeira coisa: ninguém em risco. Segunda coisa: não dá para a gente pensar em grandes obras sem pensar em para onde essas vão ser removidas. Isso, vocês têm claro, não é? (Pausa). É importante ter isso claro. Então, temos que pensar: vão ser removidas para onde? E essa remoção, dentro desse valor que eles falando, já está pensada e organizada com a articulação de habitação? Pelo que estou entendendo, não.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Algumas estão.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Que são da área de risco.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Tá. E essa proposta de habitação, ela já está com auxílio ou ela está pensando no auxílio já com o terreno para poder pensar?

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. JULIANA CARDOSO – E esse auxílio, ele já está conectado com o Projeto Pode Entrar?

A SRA. ELISETE APARECIDA MESQUITA – Já. Já estão. Eles já receberam esse benefício. Foram removidas, estão recebendo auxílio aluguel e agora eles já estão inclusos no programa.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Então, dentro disso, vocês entendem que é só uma parte, né?

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Eu sei, sim. É isso que vou falar...

- Falas simultâneas.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Gente, espera aí, vamos entender uma coisa. O que a nossa Subprefeita está colocando é que é só um pedaço do córrego, está certo? A gente não está falando dessa obra inteira.

A gente tem que entender por partes; senão, nós vamos ficando ansioso. Na parte onde que temos problema, já foi pensado e já estão no projeto fazendo atuação, recebendo para o Projeto Pode Entrar; é isso? O.K. Então, nós estamos falando de um todo. Quando eu falo de um todo, é pensar como a gente inicia obras pensando para onde vão essas pessoas. Porque eu aprendi, nessa pouca caminhada que tenho – vocês sabem que eu fui quatro vezes Vereadora da cidade -, e o Toninho, sempre parceiro da gente, também sabe disto que não adianta você pensar em uma obra se você não pensar nas pessoas. Porque, senão, o que vai acontecer? Vai se retirar a obra, remover, e se não tiver algo rápido – não é, Subprefeita? – para fazer acontecer, vai ser ocupado.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Então, a gente precisa tentara trabalhar para fazer como aconteceu muito do lado, com o córrego Caboré, que foi um PAC. As pessoas foram saindo já para sua residência, e aí a obra vem vindo. É isso que a gente tem que ter como objetivo.

Estou dizendo, gente, que é um objetivo independente da bandeira partidária de cada

um. Estamos falando da responsabilidade das autoridades do Executivo e de nós, que somos os apoios. Eu sempre falo que somos apoios, né, Toninho, porque o Parlamento é um apoio para ajudar o orçamento, ajudando a juntar todos os órgãos para podermos caminhar.

Então, quero, mais uma vez, agradecer ao Toninho. Acho que é muito importante o que você está fazendo, colocando todo mundo na Mesa, mas pensando em algo grande, amplo. E como a gente começa a colocar isso? Porque, senão, a gente fica só pensando. A ideia é pensar um pedacinho, a Secretaria pensa outro pedacinho, a Subprefeitura pensa outro pedacinho; senão, vamos sempre ficar enxugando gelo. E acho que vamos caminhar para o principal objetivo.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – O Subprefeito Marlon está. Convido-o para compor a Mesa, Marlon, por favor. Assim como a Subprefeitura falou que eles já estão fazendo o estudo do solo, a gente queria saber como isso está em Sapopemba. Você prefere falar agora ou depois de a população falar? O que você prefere? (Pausa). Está bem. Então, vamos começar com os inscritos. Depois, o Subprefeito Marlon, que vai compor a Mesa, se pronunciará. (Pausa).

Tem a palavra a Sra. Alaíde Ferreira, Líder comunitária da favela Beira do Mangue.
(Pausa)

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Tem a palavra, então, o Sr. Gian Hiller do Fórum Popular Vila Prudente contra as Enchentes.

O SR. GIAN HILLER – Bom dia para todo mundo.

Estou representando o Fórum Popular Vila Prudente contra as Enchentes, iniciativa nossa, de diversos conselheiros e munícipes que estão participando.

Quero agradecer a iniciativa do Toninho, porque, para um Vereador dar a cara em uma enchente, é mais fácil tomar uma pedrada. Quando a obra estiver pronta, ele nem sabe se estará como Vereador. Mas valeu a luta: começa agora para alguém colher mais à frente. Isso é

o que importa. É sempre bom ver um Vereador da área. A Edir Sales também está sempre ajudando a gente. Gosto de ver isso, os Vereadores dando a cara.

Eu estava vendo que vai ter um desassoreamento que vai representar 68 mil metros cúbicos de água nos sete quilômetros; é isso? Essa obra já estava planejada faz um tempinho. No próprio *site* de vocês, do DAEE, está marcado que vai dobrar a vazão da foz de 75 metros cúbicos por segundo para 135; praticamente, dobra. Eu queria que depois alguém me respondesse como vai ser essa obra de dobrar a vazão lá na foz. Porque lá na foz, se não me falha a memória, tem o Mercadão e uns prédios perto. Como vai ser feito para aumentar a vazão? Que tipo de obra será feita ali? Porque se você coletar mais água, ela precisa sair por algum lado.

Pensando nisso, já estive com o Armando, com você também na sua Secretaria, com o Pedro Algodoal. Nós já estamos levando algumas ideias nossas para os quatro cantos do mundo. Uma obra em que não vai haver remoção de nenhuma família, a gente considera até viável; mas precisava de uma análise técnica de vocês. Seria o quê?

O Rio Tamanduateí, vindo de Mauá até a Vila Prudente, vai dar quase, arredondando, 15 quilômetros. Não sei se dá tudo isso, mas vamos supor que dê 15 até um pedaço à frente. Se se fizer um canal lateral ao Rio Tamanduateí de seis por seis mais ou menos – seis vezes seis, vezes 15, dará mais de 500 metros cúbicos. Será um piscinão linear, o segundo maior na cidade, só perdendo para o Guamiranga. O que a Siurb está planejando para a Anhaia Mello? Juntar os três? Vai dar quase a metade desse piscinão.

E ele estando embaixo da pista de rodagem do Tamanduateí, você não precisa remover ninguém, e a cheia da água do córrego do Oratório pode ser desviada para esse piscinão linear, assim como a própria cheia do Rio Tamanduateí, porque – se toda a obra pegar o Tamanduateí, que é a foz, e o Tamanduateí estiver cheio – vai encher do mesmo jeito, porque daí não há como correr a água. Então, é preciso haver um aumento de vazão no curso natural, que é o Tamanduateí.

Então, nós estamos tentando. Quando a gente foi visitar o Armando, a gente não

formulou essa ideia por *e-mail*, mas agora eu prometo enviar tudo por *e-mail*. Aí basta vocês analisá-la.

Há outra coisa que eu estou preocupado. Em janeiro, o Pedro Algodal esteve conosco na Subprefeitura, e falaram de uma obra – do meu ponto de vista – muito preocupante, que é um túnel que vai tirar a cheia do córrego Mooca. Ele vai passar por baixo da Rua Lótus e vai desaguar aqui no córrego do Oratório. Na época, a gente comentou que isso não seria bom, porque jogar mais água para cá é ruim. Aí pelo que tinham me dito lá, talvez não seria feito isso. Essa obra foi apresentada pela Siurb para nós dentro da Subprefeitura. Depois disseram que estava em análise e poderia não ser feita, em janeiro. Em maio, houve o lançamento. Houve uma audiência pública sobre os cadernos dos córregos, sobre o córrego da Bacia Mooca. Essa ideia novamente foi ventilada, em *PowerPoint*, dentro da Siurb.

Então, mais uma vez, eu não sei se ela foi realmente abandonada ou esqueceram de arrancá-la do projeto. Caso contrário, vamos revisar. Eu acho que não há sentido trazer água do córrego Mooca e se desaguar no córrego Oratório. Vai ser muito ruim para quem mora aqui. Então, eu vi, por duas vezes, sendo apresentado esse projeto pela Siurb. Assim, vou pedir, pela terceira vez, saber se ele foi abandonado ou não.

Quanto aos demais itens, nós vamos continuar mantendo contato com vocês e com os técnicos da Siurb e da DAEE. Nós estivemos analisando vários sistemas de drenagem no mundo, como Tóquio.

Para encerrar, nós deveríamos apostar em novos métodos que já deram certo no mundo. Aqui, no Brasil, já há no Anhangabaú e no Pinheiros, mas vamos popularizar. Falo das bombas elétricas, as bombas de sucção. Às vezes, elas podem ser muito potentes. Se a Sabesp consegue jogar milhões de litros de água por segundo para cá, por que não usar isso reverso? Tira-se a água do lugar de enchente, por bomba, e joga-se para outros lugares. Isso fica para análise. Vamos pensar nos métodos mais modernos. Eu estou falando isso porque eu vi o sistema de drenagem no Japão. Fiquei vendo vários vídeos no YouTube.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado.

Tem a palavra a Sra. Alaíde.

A SRA. ALAÍDE FERREIRA – Bom dia a todos.

Sou Alaíde, mais conhecida como líder comunitária da Favela Beira do Mangue.

Bom, eu vou falar apenas do Mangue, porque é um ponto mais problemático do córrego do Oratório, pois a água vem de Mauá e deságua para o Tamanduateí. Mas antes de desaguar para o Tamanduateí, é o Mangue que fica submerso. Aí depois vem lá em cima a ilha, porque a água está descendo. Então, o ponto onde ela para é no Mangue. No Mangue, já houve quatro retiradas de moradias. A única que foi vista para a população, cuidada e zelada, tanto com Assistência Social quanto com a Subprefeitura, faz um ano que foi retirada. Quanto às outras três retiradas, foi apenas pago para os moradores uma indenização. Pagaram, foram pegar lá o cheque e cada um se vira, para ir para a sua residência nova.

Hoje não, na Favela Beira do Mangue, nunca houve zeladoria, nunca houve jatos limpando as BLs, nunca houve limpeza da afluyente, que hoje é um problema também juntamente com o córrego do Oratório. Aliás, o córrego do Oratório é o maior problema, mas, antes de a Favela Beira do Mangue alagar com o córrego do Oratório, ela alaga por conta de uma afluyente, que trabalha literalmente afogada com a sua galeria, que deságua da Moura Costa.

Então, eu quero fazer um pedido ao DAEE, que está aqui hoje. Foram mapeados sete quilômetros do córrego do Oratório há um mês, para se fazer o desassoreamento. Não adianta a gente só procurar culpados, sabendo que todos somos culpados de tudo o que acontece na nossa região. Então, eu falo para vocês: “Há 30 anos eu moro, nasci, sou criada na Favela Beira do Mangue”. O que eu vi, na Favela Beira do Mangue, foi retirarem moradias e não viabilizarem para onde os moradores iam, porque deram um cheque, na mão deles e pronto, acabou. Mas o que foi feito, dentro da Favela Beira do Mangue, em quesito melhoria? Nada, porque nunca se chegou uma limpeza urbana. Hoje chega. Há dois anos, há três anos temos tudo isso dentro da comunidade. Há dez anos eu sou líder comunitária e, em todas as vezes em que fui à Subprefeitura da Vila Prudente, ouvi dos Subprefeitos que eu era louca e que a favela

não precisava, porque ali não havia necessidade.

O problema há 30 anos ficou pior, porque os moradores também têm culpa nisso. Sabe? Não adianta eu culpar o Poder Público, sabendo que todos nós somos culpados, com descarte irregular, quanto de material que a gente tira de entulho das nossas casas, como restos de móveis que a gente não quer utilizar mais e joga para dentro do córrego, onde o deixou pior. Já estava assoreado e ficou cada vez pior. Isso não é culpa só do Poder Público. Isso é culpa de todos nós, que estamos aqui hoje. Sabem por quê? A gente construiu e não jogou o entulho onde deveria. Jogamos dentro do córrego do afluyente. Então, o problema maior com o alagamento é, em si, o córrego do Oratório, mesmas, para o córrego do Oratório ser melhorado, não adianta mexerem na parte da Sapopemba e na parte da Vila Prudente, sabendo que ele vem de Mauá e o problema é estendido de Mauá até desaguar dentro do córrego do Tamanduateí.

Então, gente, eu peço a colaboração de todos vocês, porque não adianta eu pensar grande e saber que eu pensando grande será que vai acontecer, de fato, o que está sendo proposto? Estamos pensando grande. Está no papel, mas vai sair do papel? Há 30 anos eu escuto isso.

Em 2019, o DAEE recebeu uma verba de 20 milhões para canalização do córrego do Oratório. Há quantos anos vocês escutam sobre isso? Qual foi o dia em que vocês viram uma máquina dentro do córrego do Oratório, a não ser para remoção de moradia? Nunca, nunca.

Sabem quando foi feita a última limpeza no córrego do Oratório? Há 30 anos, quando havia ainda o campo do IV Centenário, que era lá no morrão, que falam que é da Transpetro. A obra que hoje era para estar sendo concluída não foi concluída, porque a própria Transpetro, que é a Petrobras, embargou. A população não tem ciência disso, porque, na maioria das vezes, a gente não busca o conhecimento correto do que está acontecendo dentro da nossa comunidade.

Então, só falar e só vir não adianta, se a gente não busca o conhecimento e sabe o que está acontecendo ali. A Favela Beira do Mangue necessita, com extrema urgência, do desassoreamento do leito do córrego do Oratório, mas não só a Favela Beira do Mangue – a metade daqui é a Favela Beira do Mangue – mas sim, desde Mauá, até se desaguar no

Tamanduateí, porque não adianta eu resolver o meu problema, sendo que o problema vai ficar lá em cima. E aí, e os outros municípios que estão lá com o córrego do Oratório? Está a melhorar ou vai piorar? Porque não adianta eu mexer em uma parte e esquecer do restante. Eu penso, DAEE. Já fizemos mapeamento e já rodamos o córrego do Oratório. Eu estive com os engenheiros. Não foi uma e não foram duas. Promessas todo mundo faz, porém, fazer, eu só acredito que vai acontecer quando eu ver a primeira máquina dentro do córrego do Oratório.

E eu acredito que a nossa Subprefeita, que hoje está aqui, que é a Elisete, tem trabalhado muito. Há três anos, eu tenho trabalhado com ela em quesito zeladoria dentro da Favela Beira do Mangue, onde nunca houve uma zeladoria de fato. A única coisa que havia era se recolher o lixo. Coleta urbana? E o restante? E desobstruírem as galerias que estão afogadas? E destruírem aquilo que é da água pluvial para haver a escoação correta? Não há. Sabem por quê? Porque são 30 anos de lixo acumulado debaixo dos pés de todos. Isso eu provo com foto e vídeo das galerias e como estão os tubos de águas pluviais. São 30 anos ou mais de lixo acumulado.

Então, não adianta eu pensar grande, só pensar grande, se eu conheço o problema de fato. O problema é o córrego do Oratório. E mais com o córrego do Oratório, o que há de problema? Há um afluente, que está trabalhando literalmente afogada e quase não há água. Só veem pedras.

Então, não adianta, Deputada Juliana Cardoso, pensar grande se não vai fazer. Primeiro tenho de pensar o quê? Vamos pôr no papel, mas vamos começar a fazer para depois nós falarmos que está fazendo. Não adianta chegar, marcar uma audiência pública, falar para o povo o que há 30 anos o povo está escutando. Há 30 anos todo mundo está escutando isso. Mas há 30 anos não tem nenhum resultado. Era isso que eu queria falar. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Alaíde. O próximo orador é Lourinaldo Aparecido de Lima.

O SR. LOURINALDO APARECIDO DE LIMA – Bom dia, gente.

Sou o Naldo, conhecido como Lolô. Moro aqui há mais de 50 anos, é o que a Marina

e a Adelaide falaram. Eu moro há 50 anos e há 50 anos vejo enchente. Sempre paguei meu IPTU certinho, nunca atrasei. Pago um valor de dois mil reais de IPTU, que em um ano, dá um total de 20 mil reais. Esse ano eu reclamei. Foi a primeira vez que reclamei em 50 anos. Minha casa encheu, pago 20 mil de IPTU, comprei uma geladeira nova, um fogão. Mas olha só meu carro ficou alagado, gastei com higienização, mais de mil reais. Eu acho muito injusto.

Entrei com um processo de isenção em março. Toda vez que ligo, me dizem que ele está em análise. Mandeí foto, tenho tudo, enchente, minha casa cheia. Ligo mais vezes, resposta: está em análise. Agora para cobrar o IPTU, todo mês tenho de pagar. Se eu atrasar, vou pagar multa. Penso o seguinte: temos de ter uma isenção na nossa região, pelo menos por um ou dois anos, para que possamos juntar um dinheiro e se acontecer alguma coisa não precisar pegar um colchão, uma cesta básica. Faça uma poupança, põe cem reais debaixo do colchão, em um ano você vai ter 1,2 mil. Você compra um colchão, compra uma cesta. E fica nisso. Sabem, a gente fica nervoso? Fica mesmo. Acho injusto. Essa é minha opinião.

Estou com o processo, vou ligar segunda-feira de novo para ver como está, quero ver o que vai se resolver.

Obrigado pela palavra. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado.

O próximo orador é o Sr. Francisco Nascimento.

O SR. FRANCISCO NASCIMENTO – Bom dia.

Pessoal, a minha citação do caso é sobre taxa. Que taxas? Taxas duplas da Sabesp. Digamos assim, um exemplo do que está acontecendo comigo, tem um hidrômetro parado, casa de aluguel, está parado. A Sabesp manda taxa dupla sem a gente usar nem o copo de água e nenhuma vez a descarga do banheiro. Então já que eles querem cobrar – direito de eles cobrarem mesmo - cobra, pelo menos, uma taxa só, a de água. Volta a cobrar as duas taxas enquanto a casa estiver em movimento.

O leitor registra a leitura, a mesma coisa, o mês passado e esse mês, sendo que a taxa continua dupla. E nós temos de pagar, não tem outro jeito.

Segundo, a minha rua é a rua Professor Val Coelho, ela é rua de enchente também. Há alguns anos eu estava isento do imposto, mas esse ano o que a Prefeitura fez? Eu achava que era sobre a enchente, mas não é sobre a enchente, pois eu fui verificar. Era sobre o valor do imóvel. Então o que a Prefeitura fez? Aumentou o valor do imóvel para me mandar imposto. Mas, então, é uma rua onde o morador já mora em uma comunidade. Pessoas de outra rua não querem morar, ninguém quer morar lá. Agora qual é o meu problema? É tentar desativar o imóvel, porque vou ficar pagando imposto caro e ninguém quer alugar para morar na residência. Por quê? Porque é rua perto de comunidade e tem alguns barzinhos que o pessoal faz muito barulho a noite inteira. Meu problema é esse.

Aí, eu peço para o Sr. Toninho levar o meu caso para a Prefeitura, por gentileza. Não para a Sabesp, por favor. Sobre a taxa dupla de hidrômetro parado, por tempo de um ano, seis meses, O.K? Obrigado a todos. Agradeço a presença dos políticos, hoje. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – O próximo é Peterson Prates, do Movimento Contra as Enchentes.

O SR. PETERSON PRATES – Bom dia, camaradas. Bom dia à Mesa.

Tudo bem, Marlon? Saudades, Juliana. Toninho, obrigado. Marina, enquanto Movimento.

Estou um pouco agoniado desde a hora que começou, porque quando nós, do Movimento, pensamos a audiência foi também com o intuito de construir um fórum permanente para o cuidado do córrego do Oratório. O que nós temos sentido a todo momento é que os órgãos não têm dialogado entre si. E quem está na ponta fica tentado ter informação de cada órgão de forma separada e, geralmente, a resposta é sempre de uma medida muito pontual e nada que possa causar uma mudança, de fato, estrutural e, assim, melhorar a vida das pessoas.

Então, primeiro, queria selar um compromisso, porque o movimento até já tem esse compromisso, mas que, de forma periódica, cada um dos órgãos presentes, seja a Secretaria, a Subprefeitura do Sapopemba e Vila Prudente, o DAEE, possam se reunir com o Movimento Contra Enchentes. Isso para dar devolutivas de forma corriqueira, de forma transparente, pois,

se não, fica parecendo que só quando convocamos uma reunião, como essa, é que vamos saber o que está acontecendo. Quero, portanto, um compromisso desse.

Segundo, acho que falamos bastante sobre desassoreamento e tudo o mais. Precisamos é de um cronograma. De um cronograma que diga o que é de curto prazo, o que é de médio prazo e de longo prazo. O desassoreamento é para ontem. É de curtíssimo prazo. O córrego está raso. Se nós formos tirar o que tem de areia nesse córrego, nós construímos umas cinco pirâmides do Egito, de tanta areia.

Fico muito incomodado quando a gente se coloca, e colocam os próprios moradores, como culpados da desgraça que vivem. Porque é evidente que é muito ruim a prática de jogar entulho no rio, a prática de jogar móvel velho é ruim, mas não é isso que causa as enchentes, não é isso que tem causado enchentes, há 40 anos, no córrego do Oratório.

Portanto, temos de dizer para o culpado quem de fato o é. E é muito bom dizer que conseguiu, Armando, várias coisas positivas, e os moradores sabem. Teve piscinão, teve desassoreamento em algumas partes, teve gabião, mas isso nós já percebemos que não basta. Então, além do possível, precisamos fazer o necessário. E o necessário, e temos na Mesa, um plano para os 7,5 km do córrego do Oratório. Mas um plano para não acontecer a denúncia muito prudente da Alaíde que colocou: as pessoas foram embora com o cheque na mão e nada disso, as pessoas têm vínculo no território.

Nossa região está sendo verticalizada, mas só classe média pode vir para a Anhaia Melo e vir para nosso território. Agora, os pobres da nossa região não podem continuar a morar na nossa região. É isso que é para ser discutido. Assim como, na revisão do Plano Diretor essa região foi quase que nada escutada, para a gente saber como que permanece com vínculo comunitário, social, que essas pessoas já estabeleceram.

E pensar medida de médio prazo é justamente isso: essas moradias, novecentas e tantas que vão precisar ser removidas, como é que vai ter um programa que, de fato, atenda em um tempo hábil. O Prefeito tem dito que tem construído o maior programa habitacional da história da cidade, mas onde estão as moradias nessa região? E aí, para o longo prazo, quando é que,

de fato, vamos ter a obra de canalização aberta, com tudo aquilo que temos direito? Nosso povo quer viver e não é justo que tenhamos medo da água. Não é justo que fiquemos com medo a cada chuva que aparece. Não é justo que tenha de trocar de imóvel de ano em ano porque nossa casa tem sido inundada por águas de chuva.

Então, o que a gente quer é uma medida concreta, de médio e longo prazo, com cronograma, e não pontual – aconteceu isso, a gente enxuga gelo e não pensa o concreto. Senão, olha só como acontece: nós vamos lá ao córrego Água Vermelha, o Pelezinho sabe muito bem, tem morador que tem que descer no córrego para poder abrir valão para a água, porque a Prefeitura não vai lá. É justo morador ter que descer no córrego para fazer isso? Claro que não. Então, é isso que a gente tem que colocar aqui.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Peterson.

Pessoal, tem mais duas falas. Então, nesta fala vamos encerrar as inscrições. Se alguém mais quiser se inscrever, será só durante esta fala. Depois não poderá mais se inscrever. Então, quem quiser se inscrever fique atento.

A próxima fala é da Aline da Conceição.

A SRA. ALINE DA CONCEIÇÃO – Bom dia a todos. Sou a Aline e moro na Fazendinha, de frente com a Ilha.

Não falo só sobre o problema da Ilha ou da Fazendinha, mas de todos. Há pessoas cuja a casa está caindo. Mais uma chuva, cai. Quantas pessoas mais vão morrer para conseguir ter resultados? Tem pessoas que perderam tudo, tem pessoas que perderam vidas. É justo isso?

A gente quer resultado. A gente não quer um projeto que vai ficar no papel. Queremos resultados. Queremos soluções para ontem e não para daqui um mês. Novembro está aí. As enchentes começam em outubro/novembro. Precisamos de resultados. O povo precisa de um resultado e não só de palavras.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Aline.

O próximo é Francisco Donizetti.

O SR. FRANCISCO DONIZETTI – Bom dia a todas e todos.

Meu nome é Francisco. Morei na Vila Industrial, na Rua Ana Clara, próxima, até 98, quando saí desse pedacinho. Cheguei a esta comunidade em 1º de fevereiro de 1975 – nesse localzinho.

A questão das enchentes nos pontos baixos acontece há muito tempo. É verdade. Intervenções pontuais são feitas há muito tempo. Isso é verdade. Ainda nos anos 90, tem um pequeno córrego que sai no Oratório e algumas ruas baixas, como a Rua Lucas Camargo e umas outras, inundavam. Não eram asfaltadas e tudo mais. A ação de moradores nos anos 90 trouxe algumas melhorias. De luta em luta, algumas melhorias vão acontecendo.

Mas a gente tem uma questão que temos que pensar grande, sim. E a solução passa por etapas. O “pensar grande” é uma solução final. A gente quer a canalização do córrego, a solução das moradias para todas as 950 famílias que foram informadas. Mas até isso acontecer, que pode ser daqui a um ano, intervenções pontuais que garantam os direitos humanos.

Sou do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Sapopemba há muitos anos e participo. É responsabilidade do Poder Público – municipal, estadual, federal – garantir a dignidade humana. É para isto que existe o Poder Público: garantir a dignidade humana que passa pela moradia, que passa pelo direito de os moradores não terem as suas casas invadidas pela enchente, não percam seus imóveis, suas casas derrubadas, e algumas vezes, morte de pessoas pelas enchentes e também, às vezes, algumas pessoas são atingidas pela leptospirose e outras doenças contagiosas.

Algumas falas destoam todo um sentido de uma luta que ela é construída e é responsabilidade, independentemente de partido, de quem é o prefeito ou governador. A gente fala de um município que é difícil de ser administrado e que tem uma relação com outros municípios. Tem que ter uma costura também com outros municípios. Daí a importância do Governo do Estado, representado pelo DAEE.

Houve uma fala a respeito de uma solução abrangente e definitiva e que requer

alguma coisa como encontros mais permanentes, e não muito eventualmente e futuramente. Então, há necessidade que se agende e deixe marcado em um futuro próximo uma continuidade. As águas chegam. A menina que falou há pouco que novembro está aí. E aí as águas vão chegar e vão atingir os moradores que estão mais próximos.

Então, gente, precisa de uma intervenção imediata, imediata, imediata. E aí as falas da Subprefeita e também do DAEE garantem que o desassoreamento começa rápido. Espera-se que seja mesmo, como uma primeira medida para que diminua o impacto das enchentes que atinge não só moradores. As enchentes atingem, de certa forma, uma população mais geral até mesmo aquelas que passam pelas pontes que cruzam o córrego do Oratório em diversos pontos.

Então, pensar grande. Uma solução que começa lá em cima vai terminar no córrego Tamanduateí. É uma coisa que precisa de se ter um fórum e uma ação permanente. Vamos garantir dignidade a vida das pessoas. É para ontem.

Obrigado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Francisco.

O último é o André Ferreira, CDHS.

O SR. ANDRÉ FERREIRA – Bom dia a todos, todas e todes presentes nesta audiência muito importante. É a participação do povo, a voz do povo, porque a resposta do órgão público que a gente já sabe.

Sou André, sou do Presidente do Centro de Direitos Humanos de Sapopemba. Acompanho os companheiros Chiquinho, Damásio. Como o Chiquinho falou, a nossa luta é pela dignidade humana, pela vida.

Sra. Subprefeita, desculpe-me, mas uma fala que escutei da senhora hoje é que depois a gente tem que respeitar e entender. Estamos cansados de fazer políticas pontuais só para dar fôlego. Não estamos aqui para fazer a luta para dar fôlego à população que está sofrendo, que quando vai trabalhar e volta à casa e não tem mais nada na sua casa que lutou, souou, porque está cheia de água.

Quantas vezes a militância dos Direitos Humanos foi à casa das pessoas para entrar

na casa delas, arriscando as nossas vidas para tentar dar dignidade humana para aquelas famílias?

Respeito muito o Subprefeito Marlon que sempre nos atendeu dignamente, mas também não é da competência dele. Tem que ter um órgão em conjunto, é coletiva; é uma luta coletiva.

A Subprefeita fica amarrada também na hora de dizer: “Olha, vamos tirar esse povo e vamos colocar em um galpão”. O povo não quer ir ao galpão. O povo quer ir a uma moradia digna. Moradia digna já. Isso são direitos humanos, é porque viemos para cá para lutar. Quando a companheira, Deputada Federal Juliana Cardoso falou, nós temos de pensar grande, sim. Não temos de viver do Estado mínimo. Nós temos de pensar grande. Pensar grande é pensar hoje, é de hoje, não é pensar grande. Como vamos garantir recurso, é participando das audiências públicas, é participando dos orçamentos, participando do Conselho, de discussões. No CEU, esses dias houve a questão do orçamento, é participar.

Então, desculpa, Subprefeito, eu não o conhecia, mas acho que estamos aqui para aprender. Mais fôlego não, companheiro, o povo está carregado. Esses dias fomos fazer uma visita na comunidade da Ilha, quando entramos na Ilha, tinha um cadeirante lá, com sonda, não tinha nem acesso para o deficiente passar. E quando se entra na casa dele, o barraco treme. Pergunta se eles de fato querem morar lá; não querem morar lá. A especulação imobiliária está chegando na região de Sapopemba. Qual é a ideia? É expulsar o nosso povo?

Nós temos de crescer, é bom, o monotrilho está chegando aí. A UPA Sapopemba com tanta luta do movimento popular de saúde chegou aí. Uma salva de palmas para o povo da UPA. (Palmas). Também, se vocês não sabem, vai ter um Sesc em Sapopemba. O nosso povo tem de ficar, porque tem vínculo, tem a proximidade. E a moradia tem de chegar também, uma moradia digna, essa é a nossa luta; a dignidade da vida em primeiro lugar, porque as crianças ficam na escola tanto tempo, igual o Peterson falou: moradia popular para Sapopemba já. Sapopemba está crescendo e o povo também tem de crescer.

Essa é a nossa luta, estamos juntos. Possamos garantir, Damásio, estamos à

disposição, o Centro de Direitos Humanos de Sapopemba tem advogado, assistente social e psicólogo para atender o nosso povo. Vamos trabalhar juntos, é conexão, não estamos aqui para bater em ninguém, estamos aqui para somar, para construir junto. Chegamos na Subprefeitura, o Centro de Direitos Humanos, nós batemos em vocês? Nós construímos juntos, não temos que bater, temos que somar.

Então é isso, dignidade já. Moradia popular já. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Volto a palavra à Mesa, para dar a devolutiva.

De tudo o que escutamos, há duas questões principais, uma questão da limpeza. E a limpeza, então, depende do estudo tanto da Subprefeituras Vila Prudente e Sapopemba, a Subprefeita já falou como está o andamento. E acho que o Marlon vai falar agora, porque temos de garantir a limpeza antes das cheias.

Outra coisa, quando for a vez do DAEE, acho que a expectativa é a seguinte: a gente sabe que a questão habitacional é uma situação, mas temos de entender que o Estado, como órgão maior, vai fazer essa articulação entre a CDHU e a Secretaria Municipal de Habitação, para podermos começar a discutir esse problema. Sabemos que não é uma questão que resolveremos amanhã, mas se não começar a discutir não resolve nunca, porque escutamos isso há muito tempo. Não sei se já foi falado, pelo que entendi, mas não sei se todos entenderam porque foi falado de uma forma técnica, já perdemos o dinheiro do Governo Federal para canalização dessa obra. Na época da Dilma, no PAC 2, o dinheiro foi liberado para a Caixa Econômica Federal e nós perdemos o dinheiro porque não deram um jeito na questão habitacional.

Agora, de novo, há um projeto. O projeto está feito, queremos concretizá-lo, o problema é de moradia, como foi falado pelo DAEE, vão fazer em duas, três ou quatro etapas, então não precisa tirar todas as pessoas de uma vez, porque como já foi falado, se tirar o pessoal de uma vez, até chegar a um ano e meio, dois anos a obra lá na frente, outras pessoas já ocuparam lá. Então, não precisa tirar as 950 pessoas com um lugar digno para moradia de uma

vez. Se for em etapas, dá para tirar 150 na primeira etapa, 200 na segunda etapa. E acho que 200 moradias para dois órgãos – CDHU e Cohab – não conseguimos 200 moradias em um ano, sendo que temos o Governo do Estado e a Prefeitura envolvidos.

Então, queremos no mínimo um planejamento. E em nosso ponto de vista o DAEE é o órgão que quer fazer a obra, já gastou um milhão para fazer o projeto, é dinheiro público, é dinheiro do povo e não pode ficar só no projeto, senão daqui cinco anos já não vai valer mais nada, porque o córrego já mudou. Aí vai ter de fazer outro projeto, vai gastar mais um milhão para fazer outro projeto. Imagino que se fez o projeto e quer se fazer a obra, o DAEE tem de chamar os órgãos particulares para ver como essa obra será executada. Então, queremos escutar medidas e fala concreta. Vai chamar os órgãos, não vai chamar os órgãos. Também não adianta falar assim: tem um problema de moradia – como já foi falado – e tem vários órgãos envolvidos. E quem vai chamar essa articulação?

Estive, nesta semana, no Ministério Público e conversei com a promotora sobre esta audiência pública. Inclusive, comprometi-me de fazer um relatório para ela sobre o que está sendo decidido. E vou colocar, de cada órgão, o que foi falado para ela. E se o DAEE não se dispor a fazer essa articulação vou acionar a promotora para ela chamar essa articulação lá no Ministério Público. E aí, chamar o povo também, ou um representante do povo, para estar presente e falar o que queremos. Precisamos de respostas e um cronograma das coisas, o que não dá é falar que há um problema e o problema é do outro. Não. O problema é de todas as partes envolvidas. Não dá para ficar empurrando o problema de um órgão para o outro e não acontecer o que precisa acontecer na região toda.

Podemos começar com o Marlon sobre a questão da limpeza e depois vamos para a questão do projeto. Pode ser?

O SR. MARLON SALES DA SILVA – Bom dia a todos.

Eu quero cumprimentar o proponente desta audiência pública, meu bom amigo, Vereador Toninho Vespoli; nossa Deputada Federal Juliana Cardoso; Silvio do DAEE; Marina; minha boa vizinha, Subprefeita Elisete Mesquita, faz um trabalho fantástico na região de Vila

Prudente e o nosso Secretário, Professor Marcos Monteiro, representando o nosso Prefeito Ricardo Nunes, nosso companheiro de Siurb, que sempre nos atende com as nossas demandas de Sapopemba.

Vereador Toninho Vespoli, nós já contratamos a empresa Meta Ambiental, que nos próximos dias entregará o relatório dos seguimentos para que possamos avançar dentro desse projeto magnífico que é a canalização do córrego Oratório. Secretário Marcos Monteiro, como já é de seu conhecimento, após o período, Deputada Federal Juliana Cardoso, de chuvas, estivemos com o pessoal da Transpetro, e pela primeira vez tivemos uma parceria que pegou daquela área da calha do Oratório, lá na Juta, as máquinas deles não entravam e ali temos um problema muito grande, quando se faz o desassoreamento é preciso colocar para secar. E como era área da Transpetro, do outro lado é Santo André, então precisamos de autorização da Semasa, nós precisamos entrar em acordo com a Transpetro, para eles entrarem com o maquinário.

Quero frisar a gestão do Prefeito Ricardo Nunes, que tem trabalhado incansavelmente. Está presente a Subprefeita Elisete Mesquita, que sabe que em todas as reuniões nós somos cobrados para que a zeladoria da nossa região esteja em ordem.

A própria ilha do Iguaçu nunca recebeu tanta limpeza, tanto trabalho, como nos últimos anos. Como foi falado, sobre aquela área do mangue, através do trabalho da Subprefeitura de Vila Prudente, também os maquinários estão lá. E isso acontece na cidade toda.

Quero parabenizar o Sr. Peterson pela sua fala: você foi muito feliz em falar dos anseios, porque nós estamos nas ruas e acompanhamos o dia a dia, independentemente de períodos – seja dia, esteja sol, nós vamos acompanhar e vemos a necessidade.

A Subprefeitura de Sapopemba não tinha supervisão de habitação, e isso dificultava muito todos os nossos processos. Passaram inúmeras gestões na cidade de São Paulo e não houve esse avanço da criação do cargo. Mas, graças a Deus, agora nós temos a Supervisão de Habitação que está trabalhando, inclusive cadastrando as famílias da Juta, onde será o parque,

enfim, de todas as áreas.

Vereador Toninho Vespoli, a Subprefeitura de Sapopemba tem trabalhado incansavelmente, até porque é uma missão do nosso Prefeito Ricardo Nunes que nós deixemos a zeladoria em ordem: canalização, desassoreamento, os maquinários trabalhando. E muitas vezes, nós não fazemos mais, porque não há como o maquinário entrar, existem casas muito próximas ao rio, o que pode trazer dificuldade.

É feito tanto o trabalho mecanizado, como o manual, porque essa é a missão do Prefeito Ricardo Nunes. Ele é o general e nós somos os soldados, nós cumprimos missão. As Subprefeituras trabalham tanto mecanizadas, quanto manualmente; isso, diariamente.

Estamos à disposição, Vereador Toninho Vespoli. Pode contar conosco para o que precisar.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Subprefeita, você quer falar mais alguma coisa, ou só se despedir?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MARLON SALES DA SILVA – Como é o nome da senhora? Rita. Só para esclarecer.

É aquilo que eu falei para Lalá, a Karina, que conhece o trabalho da Subprefeitura. As Subprefeituras trabalham com maquinários e também manual. Uma coisa que precisa ficar bem clara para vocês é que, muitas vezes, para entrar maquinário pesado para fazer uma limpeza mais pesada não há possibilidade porque as casas estão em áreas que impedem o maquinário de entrar. *O.K?*

E já começou o desassoreamento do Oratório, que vai beneficiar todos vocês. Então, o que vocês precisam só entender é que, às vezes, a gente só não faz mais porque a gente fica travado. Só para a senhora ter uma ideia, esse trecho da ilha do Iguazu que não foi asfaltado foi porque a Sabesp encontrou uma rocha e ela terá ainda que fazer outra captação de água.

Então, vejam como funciona: asfaltou a Caro Sacaiibu, asfaltou a marginal do

Oratório, fez a ponte nova. Inclusive, a quadra que a senhora fez lá recebeu cobertura, beneficiando toda a comunidade; mas o trecho ali ficou travado porque a Sabesp precisa terminar o serviço. Terminado o serviço, entra a pavimentação.

Portanto, há momentos em que é preciso ter um pouquinho mais de flexibilidade para poder resolver os problemas.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Gente, vamos fazer o seguinte: se houver uma questão individual, depois, no final, pega alguém para conversar, porque na audiência pública as pessoas se inscrevem para falar. Então, se todo mundo falar agora, não dá porque a audiência pública tem horário para terminar. Eu até gostaria de ficar, mas senão vai virar debate pessoal.

As pessoas que estão aqui são pessoas democráticas, do serviço público, e quem quiser conversar podem procurá-los, porque eles são bastante democráticos. *O.K?*

Vamos finalizar, porque o objetivo principal é discutir as enchentes. Depois, vocês conversam individualmente...

A SRA. ELISETE APARECIDA MESQUITA – Eu agradeço mais uma vez esta audiência, que é muito importante; e a participação da população serve para a gente conhecer a fundo todos os problemas e discutir juntos as melhorias, por isso eu acho muito importante essa participação nesta audiência e em todas as outras audiências. Por favor, participem do Plano Diretor. É importante a Prefeitura conhecer a opinião de cada cidadão.

Agradeço a todos. Tenham uma boa tarde, um bom final de semana. Estaremos cobrando o DAEE e estaremos com a Sehab, com a Cohab, com o Secretário Marcos Monteiro, para fazer um trabalho excelente na região da Vila Prudente.

Obrigada. (Palmas)

O SR. MARCOS MONTEIRO – Eu havia proposto, no início, de dividir o assunto em dois. Primeiro, a questão do desassoreamento. Eu até mandei mensagem para o Marlon, que eu não sabia que ele estava vindo para cá, porque ele havia me falado que já estava em contratação

e finalizando. E, daqui a 30 dias, haverá análise de resíduos na região do Sapopemba.

Com isso, da parte do município, a gente consegue instruir o DAEE sobre as informações importantes para o pregão e, provavelmente, em outubro, se tudo ocorrer bem, a gente já consegue estar entrando no córrego para fazer o desassoreamento. Então, obrigado, Silvio, pela parceria que vocês têm oferecido.

Antes de falar do projeto, eu gostaria que o Pedro falasse um pouquinho da questão que o Gian levantou sobre as soluções que têm sido dadas, para esclarecer qual a linha em que a Siurb está trabalhando e não ficar dúvida para eles.

Por favor.

O SR. PEDRO ALGODOAL – A Siurb tem uma ação no próprio Oratório que é atender os casos levantados pela Defesa Civil de contenção de margens em pontos localizados; isso é uma questão que vocês, às vezes, veem em algumas obras. E tem obras da Siurb que atendem esses casos localizados.

Sobre a questão que o Gian levantou, com quem já estivemos muitas vezes em contato: a Siurb está desenvolvendo o plano da bacia do córrego da Mooca, não do Oratório.

No trabalho que estamos fazendo no córrego da Mooca, foram levantados todos os projetos antigos para verificar e propor a melhor solução para as enchentes na Anhaia Mello. E um desses projetos que ele mencionou é um projeto da THEMAG, que tem mais de vinte anos, que fazia o desvio das águas do Mooca para as águas do Oratório pela Rua Lótus.

Esse projeto precisa ser reavaliado – e ele foi reavaliado –, mas nós não temos dados ainda para ver o impacto que ele vai causar no Oratório. Por isso, ele está, digamos assim, congelado, até avançarmos e fazermos o trabalho na bacia do Oratório.

A ideia inicial – até conversei com o Silvio inicialmente sobre esse projeto – seria fazer um trabalho de monitoramento e liberar as águas do Mooca para o Oratório em uma chuva que sobrecarregue a bacia do Mooca, e não a do Oratório. Seria uma transposição de bacia somente nessa situação. Mas isso não vai ficar para agora – como eu falei, está congelado –, vamos fazer em uma outra etapa, quando estudarmos a bacia do Oratório – que está na

programação, mas é mais para a frente. Como o DAEE já está bastante avançado nessa bacia, estamos dando prioridades a outras bacias do município, e não à do Oratório, nesse primeiro momento.

O SR. MARCOS MONTEIRO – Esclarecido, Gian? Eu acho que é importante.

O SR. GIAN HILLER – Eu entendi. Está congelado, mas não foi abortado ainda.

O SR. MARCOS MONTEIRO – É, porque agora é preciso ter dados adicionais.

Temos lá na Secretaria, não é, Pedro?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MARCOS MONTEIRO – Vejam o seguinte: nós, lá na Secretaria, temos o apoio de uma instituição da USP, a FCTH – Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica. E lá eles têm condições: eles têm as bacias modeladas dentro do computador e conseguem simular a quantidade de chuva que cai, onde alaga, o sistema de drenagem. E é com base nisso que fazemos os projetos. É uma simulação matemática bastante grande.

É lógico que, para eles poderem fazer a simulação, eles precisam colocar todas as informações dentro do computador – e é isso que o Pedro está falando, é isso que está sendo feito agora – para podermos fazer uma modelagem e ver o que vai ser mudado nos projetos para atendermos da melhor forma possível.

Daí vamos para a implantação do projeto do DAEE. Ficou bastante claro que o grande problema para darmos continuidade ao projeto é a questão habitacional.

Na terça-feira, eu já tinha uma reunião marcada.

Não sei se todos sabem, mas mudou o Secretário da Sehab – era o João Farias, e, agora, entrou o Milton Vieira. Evidentemente, está chegando, conhecendo os problemas; e nós, de Siurb, temos muitos trabalhos com a Sehab. E já tínhamos marcado uma reunião para a próxima terça-feira, às 17h, para estar com ele, e já coloquei na pauta a conversa sobre a situação do Oratório.

Daí eu vou pedir ao DAEE para marcarmos uma reunião com a Sehab. Se vocês puderem chamar também a Cohab para essa reunião, aí, da parte da Prefeitura, participam a

Sehab e a Cohab. E nós começamos a dar andamento – analisar o projeto, verificar quantas famílias tem que ser removidas, de que área; e ver a responsabilidade de cada um, como a Juliana falou.

E, aproveitando a sua fala, Juliana, eu recebi – acho que na quinta-feira – uma solicitação da Secretaria do Governo dos projetos que já temos – é o caso do Oratório, que um projeto do estado – para serem apresentados ao Ministério das Cidades, justamente para entrar no planejamento no ano que vem. Então, vamos contar com o seu apoio, sim, para colocarmos esse projeto como proposta para o Governo Federal dar também uma contribuição para a região.

Eu acho que vai muito dentro do que você falou, na direção do que você falou: se o Governo Federal participar um pouquinho, e o governo estadual, com a sua parte, e o governo municipal, nós conseguiremos dar agilidade. E vem muito a calhar o que você comentou.

Outra coisa com relação à Prefeitura: tivemos um decreto, ano passado, que facilita essa situação da remoção das pessoas – ou por aluguel social ou por indenização – quando temos uma obra; tanto que ontem, em São Mateus, lançamos a obra do Caboré, onde já está havendo a remoção das famílias – naquele caso, por aluguel social.

Hoje, a Prefeitura tem instrumentos para ter uma atuação mais rápida. É lógico que o ideal seria oferecer a casa para aquela família que está sendo removida; o problema é que temos uma fila grande também. Então, é obrigação da Prefeitura achar soluções rápidas para que consigamos atuar nas obras. E esse decreto tem ajudado muito nessa solução.

Eu acho que ficou muito clara a dúvida do “Vai sair do papel?”. Temos, em todas as regiões da cidade, a mesma discussão: “Ah, isso aqui está há 30 anos”. E temos conseguido atuar em várias áreas da cidade. Ontem mesmo, em São Mateus, em uma área de córrego, eram 280 famílias atingidas pelo escorregamento das margens do córrego – casas caindo, como vocês falaram. E o comentário era esse: estava há 20 anos caindo, nunca tinha sido feito. E, hoje, também pela atuação do Prefeito Ricardo Nunes, de arrumar o caixa da Prefeitura, temos dinheiro e estamos conseguindo entrar e fazer, realizar, essas obras.

Por favor, entrem nas redes sociais da Prefeitura e vejam a quantidade de ações que

a Prefeitura tem feito. Podem ter certeza – agora está muito claro – que o córrego do Oratório realmente vai em frente.

Eu ouvi, durante a exposição do DAEE, alguém comentar: “Ah, é a burocracia”. Realmente, temos leis a serem seguidas nos órgãos públicos. E eu falo que 90-95% dos nossos tempos nas secretarias é para ficar buscando alternativas para agilizar os processos.

Graças a Deus, hoje, temos secretarias muito coesas trabalhando junto, funcionários públicos muito comprometidos com as propostas da cidade e temos conseguido tirar muita coisa do papel.

Mais duas coisinhas.

Temos feito muita obra emergencial porque a cidade ficou sem essas obras durante um longo tempo. E agora, no início deste ano, foi montado na Prefeitura um grupo para atuar somente em grupo de risco.

Eu não sei se vocês sabem, mas as áreas de risco, pela Defesa Civil, são divididas em R1, R2, R3 e R4 – sendo R4 a de maior risco, e R1 a de menor risco. O Prefeito nos colocou como desafio eliminar todas as áreas R4 até o ano que vem.

Nós contratamos um estudo também de uma instituição da USP, a FDTE – Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia, e já selecionamos 200 áreas entre R3 e R4 para eles visitarem; até porque pode ser que existam áreas hoje classificadas como R3 cujo risco tenha piorado. E, dentro desse projeto, nós vamos fazer projetos para atuação em cem áreas R4 – que podem ser R3 e R4, mas, com certeza, todas áreas R4. Com isso, até o final do ano e início do ano que vem, teremos projetos para atuar em todas as áreas R4 da cidade. Pode ser que muitas das situações que vocês apontaram sejam áreas R4 em que vamos atuar com obras no ano que vem.

Por último queria só falar da sua fala Alaíde, que o Peterson falou: “não podem jogar a culpa”. Realmente, a gente toma muito cuidado quando vem em uma audiência pública e fala para as pessoas nos ajudarem não jogando entulho; não jogando móveis no córrego porque pode parecer, realmente, que a gente está transferindo a responsabilidade. Mas, na verdade,

esse trabalho na cidade é um trabalho de todos; a cidade não é da Prefeitura; o estado não é do Governo do Estado. Na verdade, a gente só está representando vocês lá no governo; os Vereadores; os Deputados e nós do Poder Executivo. O que a gente tem que fazer é trabalhar para vocês.

Então, quando a Alaíde fala: “vamos ajudar não jogando lixo no córrego; não jogando entulho”, é nesse sentido de todo mundo trabalhar junto para construir uma cidade melhor para todos.

Era isso o que eu tinha a falar. Obrigado, gente. Bom dia. Fiquem com Deus.
(Palmas)

O SR. SILVIO LUIZ GIUDICE – Bom, em relação às colocações: a primeira, do caso do Gian. Já foi parcialmente respondida pelo Pedro Algodoal. Até, como uma Deputada perguntou se nós temos interação, nós estamos trocando mensagens todos os dias, não só sobre a Oratório, mas sobre outros locais da capital que têm muita inter-relação com os estudos do DAEE.

Naquela questão que é um pouco até parecida com a que o Gian falou de dobrar a vazão do córrego na fossa. Obviamente – e o Armando pode me corrigir porque ele acompanha mais de perto - por isso que o rio precisa ser largo. Ele vai dobrar a vazão, mas vai ter capacidade de entrar quando o Tietê Tamanduateí estiver baixo; quando ele estiver alto, vai ter um efeito de carga, então, ele tem que voltar. A gente precisa de volume, se não ele não entra. É por isso que o rio tem que ter uma certa largura para poder suportar.

A gente sempre pensa em um projeto na bacia como um todo. Para qualquer interferência que vai ser feita na bacia. Não adianta a gente fazer uma intervenção montante e transferir o problema para quem mora mais para baixo. Esse é um dos efeitos que foi considerado: o corpo receptor.

Então, o Oratório termina no Tamanduateí. Então, a gente tem que analisar o que acontece com o Tamanduateí durante uma certa precipitação qualquer. Isso foi considerado. É por isso que se precisa de uma largura é para suportar essa vazão quando o Tamanduateí estiver

baixo para ele poder entrar ou, então, para ele remansar e poder absorver.

Com relação àquele projeto que você falou que já havia até discutido anteriormente, seria uma espécie de dreno, um canal auxiliar, alguma coisa com nomenclatura semelhante, é perfeitamente factível do ponto de vista da engenharia. Na engenharia, tudo é possível, evidentemente, que depende do custo.

Além disso, são cinco faixas de rolamento – ou quatro –, então, se estiver na Avenida do Estado, com o movimento enorme que tem, para fazer obra seriam, pelo menos duas mais a questão de estabilidade, etc. Teria uma interferência em mais de duas pistas.

Então, você imagine o problema na questão do tráfego. Evidentemente, pode ser feito por trecho, mas há as interferências. A gente precisa estudar. Avaliar essa proposta. Ela pode ser interessante. Basicamente, a questão que vai envolver. É uma obra também de muito tempo, seriam 15 quilômetros, é um super dreno, mas que pode ser pensado. Nada é impossível.

Falando um pouco sobre, vamos dizer assim, uma boa notícia do Marlon, Subprefeito que, realmente, já contratou a coleta, análise e caracterização do material. Então, nós vamos ter provavelmente, consonância com o trabalho da Vila Prudente e poder diminuir essa ansiedade da Alaíde, também da Aline e do Donizetti. Tudo leva a crer que, realmente agora, pelo menos, o desassoreamento vai sair do papel. Ele não resolve; atenua um pouco, mas nós temos que atuar muito na questão das travessias das margens e fazer esse trabalho, o mais rápido possível, neste ano, mesmo que seja no período de chuvas, mas tem que ter aquele controle, justamente, para, se for o caso, remover os materiais da margem.

Também a fala do Peterson foi interessante. Eu estava conversando com a Deputada. A gente precisa, talvez, aquela questão do fórum ou de um plano. Eu acho que, dentro do orçamento do estado, do orçamento da DAEE, no caso, a gente sempre queria programas. Tudo sai de um programa.

O primeiro programa que foi, vamos dizer, o nascedouro do Plano de Macrodrenagem que foi o do Tamanduateí e do Pirajuçara. Depois, vieram Ribeirão Vermelho; há outros que agora não me lembro.

Eu acho que, no Canto do Oratório, devido à questão da grandeza da obra e a magnitude dos recursos, nós tenhamos que criar um programa específico dentro do orçamento, tanto na prévia orçamentária como na LOA para termos recursos para essa intervenção de longo prazo.

Não me lembro quem falou, mas a gente, realmente, pode fazer a obra por trechos. Assim como a Vereadora falou: pensa-se, inicialmente, em remover duzentas famílias e atuar nesse trecho e, assim, sucessivamente, prevendo um desembolso que, provavelmente, passa de uma gestão de governo. É uma obra para mais de quatro anos.

Era, basicamente, isso. Se ficou faltando alguma indagação, posso ter me esquecido. Mas a gente está lutando, a Subprefeita Elisete – com quem converso semanalmente sobre essa questão de acompanhamento – acha que nós vamos conseguir, pelo menos, o desassoreamento ainda neste ano.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. SILVIO LUIZ GIUDICE – É. Nós vamos alargar o rio. Como ele não está canalizado, hoje, ele tem uma margem natural com vegetação, com entulho etc., a partir do momento em que você o deixa mais retilíneo, diminui a rugosidade. Ali vai ser concreto, e, obviamente, aumenta a velocidade. Com esse aumento de velocidade, a gente tem que ver o que acontece. Normalmente, a gente tem que prever uma declividade menor do rio para ele diminuir essa velocidade e para não causar esse tipo de problema na fossa que seria o Tamanduateí.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. SILVIO LUIZ GIUDICE – Capacidade de escoamento.

O SR. MARCOS MONTEIRO –... de cem anos. Então, esses 128 metros cúbicos por segundo é a capacidade que vai ter esse canal. Não é que ele vai escoar isso, não. Quando der uma chuva de cem anos, ele tem essa capacidade para escoar. É isso o que nós estamos falando. (Palmas).

A SRA. MARINA DE LOURDES ONOFRE – Bom, eu falo como povo. E têm umas

coisas que a gente não entende, cúbico, milímetro, não sei o que mais. Eu não me lembro mais de matemática, cúbico são três.

Eu agradeço ao Marlon, Elisete, obrigada. Eu sei que estão trabalhando nos conformes. Até porque há coisa que não é da alçada da Prefeitura. A gente sabe disso. Nós não somos técnicos, mas nós também não somos burros. A gente sabe que o responsável maior pelo córrego é o DAEE, é o estado. Então, eu agradeço.

Mas eu queria reforçar a fala do Peterson para estreitar essa fala do DAEE com o povo dos fóruns de discussão.

Fica o convite, não é, Paulo, Joana, Jairo, Alaíde? Pode vir com a gente também. Eu sei da problemática desde que a Alaíde era um bebê – conheço a família toda –, e o Gilmar, que venham fomentar esse fórum de discussão. Porque, se não, a gente fica fragmentando movimentos. É importante, mas é bom, também, a gente discutir junto o Oratório.

Esta audiência, gente, eu sei que todo mundo quer falar do problema porque não é fácil, ela foi só para a problemática do córrego do Oratório. Nós corremos desde quarta-feira com carro de som, com panfletagem, mas a gente sabe que o nosso povo não é muito cultural em participar, ele mais reclama do que participa.

E na Juta, Silvio, teve um lugar que dá para pular o rio, ele está sem leito, e sem leito de tanta areia e de alguns escombros. O Mangue – nos conhecemos o Mangue. Ali está ainda mais estreito, o Mangue está feio, está feio lá. Feio, feio, feito. Falei: “meu Deus, como é que pode morar dentro do rio?”.

Fica o convite para reforçar a luta. Obrigada, Miriam. Estou te vendo agora. A gente sabe que não é fácil virem nas reuniões pessoas que trabalham.

Então agradeço a todos e todas. E fica o convite, a gente tem um grupo de movimento de enchentes, não no geral, mais do córrego do Oratório, a gente se reúne todo final de mês. Nessas reuniões do movimento é que nós resolvemos fazer esta audiência pública para chamar a população e dizer: povo, vamos acordar; vamos acordar, de novo estão chegando às águas.

Fica o compromisso da Subprefeituras, as duas responsáveis com o DAEE a

caminhar com o movimento.

É que as falas já foram encerradas.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. MARINA DE LOURDES ONOFRE – Aí, a Elisete, a Subprefeita da Vila Prudente, essas coisas particulares podem chamar no cantinho. Pode, Elisete? (Pausa). Aí chama a Elisete no cantinho. Está bom?

Muito obrigada e nós vamos fazer outras reuniões. Nós vamos à luta, porque a gente quer o córrego Oratório canalizado; já que há projeto, tem que concluir. Chega de água nas nossas casas, chega.

Obrigada. (Palmas)

O SR. GILVAN – Pessoal, bom dia, eu sou o Gilvan.

Eu vou falar do córrego do Oratório. Teoria é teoria, na prática afeta muitas famílias, não é verdade? Agora, saiba o senhor que a tecnologia hoje está avançada em termos de maquinário. Têm máquinas que trabalham dentro do rio, como trabalhou lá para fazer o muro de arrimo. Vocês viram isso?

O processo foi assim: fizeram o muro de arrimo com máquina dentro do rio e há máquina mais avançada, colega, se você for procurar você vai achar, e dá para fazer a canalização do rio. Então estejam certos, cientes da situação porque na teoria, você pode colocar no papel, agora o negócio é a prática, a família, as crianças.

Está bom, pessoal? Obrigado. (Palmas)

A SRA. JULIANA CARDOSO – Bom, primeiro quero agradecer muito, mais uma vez, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Municipal estar aqui, na figura do Vereador Toninho. Acho muito importante estarem os nossos Subprefeitos, o nosso Secretário de Siurb; e do DAEE a Marina.

Quando eu falo grande, eu vou fazer didaticamente perguntas para você entender do que estou falando. São 353 milhões, o DAEE já tem esse recurso disponível para começar a obra?

O SR. SILVIO LUIZ GIUDICE – Não, e eu até gostaria de fazer uma última observação, eu acabei não respondendo para o Secretário Marcos.

Nós não temos a aprovação final do projeto porque depende de uma manifestação da Transpetro, estamos justamente esperando para poder marcar uma reunião. Nós temos conversado com o Pedro Algodal, mas um dos problemas é que nós não incluímos nada no orçamento. Primeiro, nós não temos certeza ainda da possibilidade de remoção das famílias, só podemos incluir no orçamento a partir do momento que tiver certeza de que dá para atuar.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Exato. Aí, a pergunta é – eu sei que o Secretário de Siurb não pode falar pelo Secretário de Habitação, mas sei que falam juntos – a gente já tem recurso para poder colocar 950 famílias chave por chave?

O SR. SILVIO LUIZ GIUDICE – Juliana, como eu falei, vou conversar na terça com ele, mas acredito que sim. Nessas obras, quando já estão previstas obras, existem recursos para fazer aluguel social ou indenização, conforme o caso. Não é chave por chave, como eu falei, porque você tem uma fila para atender.

A SRA. JULIANA CARDOSO – É um só? Para a gente entender, não é chave por chave, tem que ver a política habitacional que tem na Prefeitura para dar conta.

Então, quando eu falo grande é o orçamento, para as coisas pequenas ou médias ou grandes acontecerem tem que estar no orçamento, porque a Subprefeitura é a ponta, ela não tem a caneta para poder colocar 920 famílias em uma residência. O DAEE não tem ainda os 353 milhões para poder começar a obra antes de as famílias serem removidas. Então quando falo grande, é isso. Significa que as coisas paliativas não estão acontecendo? Não, não significa porque já foram ditas. Ter um projeto que já sabe os valores, para que isso acontecesse, demorou 11 anos para chegar no projeto, e tendo projeto a gente tem que ver as coisas.

Agora quero, mais uma vez, me colocar à disposição para ajudar a Prefeitura na organização, junto ao Ministério das Cidades, mas com certeza vai ter que ser via Ministério de Infraestrutura para que a gente também consiga colocar, ajudar nesses 353 milhões que não estão no orçamento.

Então parabéns, mais uma vez. E para poder dar certo, na minha opinião, a gente tem que colocar as armas na mesa. Aqui não se fala somente da questão partidária ou de bandeiras. Eu sou do PT e tenho muito orgulho disso, mas eu tenho certeza de que o meu PT, o PSOL do Toninho e partidos outros que estão, para poder dar certo, a gente tem que se juntar porque se não se juntar, a gente só vai levar paulada e não vamos conseguir avançar.

Obrigada. (Palmas)

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Eu não vou bater boca, mas acho bom dizer o seguinte: se há problema comigo, falem comigo e não tumultuem a audiência pública porque o tumulto na audiência pública atrapalha o povo que está precisando de uma política pública efetiva.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Pessoal, eu queria encerrar e agradecer ao Marlon, a Elisete, ao Secretário em nome do Prefeito Ricardo Nunes, ao Silvio, à Marina e a todos os moradores que vieram.

Gente, nós vamos acompanhar *pari passu* essas questões, esses documentos que têm de ser entregues, os estudos a serem entregues ao DAEE, para realmente conseguir a limpeza do córrego do Oratório. Vamos acompanhar tudo isso. Nós vamos fazer um relatório dessa audiência pública para o Ministério Público e muito provavelmente, eu acho, o Ministério Público vai chamar os órgãos envolvidos, talvez não pela limpeza, a limpeza já está bem encaminhada, mas pelo menos para discutir a obra.

Olha, eu não vendo ilusão, é claro que a gente queria que resolvesse o ano que vem, mas não. Isso é de longo prazo, mas pelo menos nós queremos – é como disse o Secretário – um compromisso dos órgãos dizendo assim: ao longo de cinco anos, ao longo de dez anos, ao longo de oito anos, vai ser feito em etapas, vai ser assim, assim, assado. O que não pode é a gente simplesmente ficar a ver navios, não ter um cronograma, que é uma questão concreta, que é tirar do papel, como o senhor falou.

Neste momento, eu encerro a audiência pública.

Se alguém tiver pergunta individual, aproveite para conversar com as pessoas.

Estão encerrados os nossos trabalhos.
